



CONGRESSO

Eleição no Senado reedita polarização

Disputa entre Rodrigo Pacheco e Rogério Marinho repete a de Lula e Bolsonaro: um novo confronto de projetos antagônicos

» FABIO GRECCHI
» KELLY HEKALLY
Especial para o Correio

A eleição para o comando do Senado, na quarta-feira, além de ser a reedição do confronto de projetos políticos antagônicos visto em outubro do ano passado, vem sendo tratada, pelos estrategistas das duas principais candidaturas, como um terceiro turno do pleito presidencial. De um lado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) busca a reeleição, conta com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, propõe pautas voltadas para a retomada do desenvolvimento do país e deseja consolidar a harmonia entre os Três Poderes. De outro, Rogério Marinho (PL-RN) tem como projeto reacender o conflito ideológico e as pautas de costumes que galvanizam a extrema direita, tem o respaldo do presidente Jair

Bolsonaro — mesmo a distância, em Miami (EUA) — e pretende trazer à tona discussões com o explícito objetivo de emparedar o Supremo Tribunal Federal (STF) — como, por exemplo, votar o impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Na última quinta-feira, no jantar oferecido por Pacheco na residência oficial do Senado, Lula se jogou na campanha do senador à reeleição. Nos bastidores do Senado e do Palácio do Planalto, muito se fala sobre a relevância de uma relação pacífica na Praça dos Três Poderes, abalada nos últimos quatro anos pelas investidas de Bolsonaro, cujo projeto claramente autoritário encontrou resistência forte também no presidente do Senado. Ao contrário do seu congênere no comando da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL), Pacheco em vários momentos se manifestou sem

meias palavras em defesa da democracia e do Estado de Direito, sobretudo diante dos ataques ao STF e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O então presidente da República tentou, até mesmo, botar para frente uma medida provisória, a MP 1.068/2021 — que limitava a remoção de conteúdos publicados nas redes sociais —, sumariamente devolvida pelo presidente do Senado, por perceber a intenção de fazer com que as mentiras e distorções das redes bolsonaristas pudessem fluir sem freios.

Pontos positivos

Pela reeleição, pesam alguns fatores a favor de Pacheco: é considerado um bom líder entre os colegas; conta com apoio explícito do Palácio do Planalto; tem a simpatia dos ministros do STF — nos bastidores, corre a versão de

que um dos seus mais empenhados cabos eleitorais é o decano do Supremo, Gilmar Mendes —; e já teria fechado 43 votos (de 41 necessários para garantir a vitória) no arco de apoios — composto por PT, PSB, PDT, MDB e PSD, mais o União Brasil, que embora não tenha cancelado a candidatura, deve apoiar a reeleição.

Os estrategistas da campanha de Pacheco consideram difícil alguma defecção, na direção de Marinho, nesse grupo de partidos. Tanto que trabalham com um horizonte de obtenção de 55 votos, que incluiria, ainda, senadores do PSDB — Alessandro Vieira (SE) é dado como certo — e do Podemos — Eduardo Girão (CE) também registrou candidatura à Presidência da Casa, mas com chances consideradas nulas. Na ponta do lápis, o grupo de apoiadores de Pacheco estima que pelo menos dois votos venham do partido do parlamentar cearense.

Para os senadores que articulam a reeleição, é importante que o senador mineiro consiga uma confortável vantagem sobre Marinho. Isso porque, na análise que fazem, uma votação expressiva sepultaria a polaridade tóxica da disputa presidencial entre Lula e Bolsonaro, e representaria a definitiva virada de página depois dos atos terroristas de 8 de janeiro. Mais: jogaria para o final da fila qualquer tentativa de ressuscitar pautas de costumes caras à extrema direita; marcaria o isolamento, na Casa, de bolsonaristas radicais — como os senadores eleitos Damares Alves (Republicanos-DF) e Magno Malta (PL-ES), que deram apoio aos acampamentos golpistas na frente dos quartéis, clamando por uma quartelada; e colocaria o Senado rumo a uma marcha ao centro, com o afastamento paulatino do radicalismo por parte senadores identificados com a direita.

A vitória de Pacheco ainda esvaziaria a narrativa nas redes sociais dos extremistas de que o país segue na direção do “comunismo” e que existe uma “conspiração” do “sistema” para os grupos “de sempre” se manterem no poder. Para culminar, os estrategistas da campanha à reeleição ainda enxergam um efeito a médio prazo: o esvaziamento do bolsonarismo para as eleições municipais de 2024. Alguns pré-candidatos — como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que é apontado como o nome que o clã pretende lançar para disputar a prefeitura da capital fluminense — chegam enfraquecidos e não conseguiriam fixar uma base sólida para que a extrema direita tenha chances concretas de fazer uma bancada de peso nos três níveis do Poder Legislativo. Ou até mesmo de voltar ao comando do país, em 2026.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Lula entrou na campanha pela reeleição de Pacheco para não correr o risco de ter um Senado hostil ao governo

Natanael Alves/PL



Candidatura de Marinho reúne a nata do bolsonarismo radical e pretende manter a pressão sobre o STF

Ex-ministro tenta reunir radicais e moderados

Ex-ministro do Desenvolvimento Regional do governo Bolsonaro, Rogério Marinho (PL-RN) se equilibra na retórica para não perder os apoios que tem e espantar aqueles que ainda está buscando. Para não desagradar a extrema direita, fala em levar adiante, caso seja eleito presidente do Senado, temas de costumes como homeschooling, redução da maioridade penal, garimpos em territórios indígenas, expansão do uso de agrotóxicos e impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)

— sobretudo o de Alexandre de Moraes. Mas, para tentar captar votos entre os não radicais que se identificam com a direita, fala em um Senado “independente” e com capacidade de dialogar, só que “sem revanchismos”.

O discurso de isenção e equilíbrio de Marinho, porém, se sustenta por pouco tempo. Além de vir afirmando que deseja abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o terrorismo de 8 de janeiro — proposição da qual a maioria da base do governo é contrária —, ao lançar a candidatura

com apoio de PL, PP e Republicanos, no sábado, acusou o adversário Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ter sido “conivente” com a invasão do Congresso. Segundo ele, a CPI é para apurar “falhas e omissões” que levaram à destruição dos prédios públicos, mas tentou pregar no adversário a pecha de não defender as instituições.

Nas redes bolsonaristas, a vitória de Marinho é vista como um “agora ou nunca” — se ganhar, representa uma contenção ao “comunismo”; se perder, o país estará em marcha acelerada rumo à “venezuelização”. Ao observar a dificuldade do ex-ministro na corrida pelo comando do Senado, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ligou para Jair Bolsonaro para que entrasse no

círculo. O presidente começou a telefonar para aliados pedindo que votem em Marinho, mas, principalmente, “contra o PT”.

Diante do favoritismo de Pacheco, aliados do ex-ministro recorrem, nas redes sociais, à estratégia do “gabinete do ódio”, na tentativa de desconstruir o adversário. Além da disseminação de mentiras e distorções, os bolsonaristas também pedem que os eleitores pressionem os parlamentares. Uma das estratégias é cobrar para que a votação seja aberta, com cada senador declarando o nome do seu candidato — o que faria com que, em caso de derrota de Marinho, os nomes e as fotos dos que votaram contrariamente passassem a circular nas redes de extrema direita, com

qualificações como “traidores” ou “inimigos da pátria”.

Insegurança

Apesar dos esforços dos bolsonaristas, os apoiadores de Marinho não estão tão seguros da eficácia das manobras que têm sido feitas. A começar no fato de que há uma grande desconfiança de que dentro do PL — a segunda maior bancada da Casa, com 13 senadores — haverá traições. A conta, que é a mesma feita por aliados do senador eleito e pelos de Pacheco, é de que pelo menos cinco integrantes da legenda optarão pela reeleição do parlamentar mineiro.

De fora da aliança entre PL, PP e Republicanos, Marinho espera dois votos do PSDB — Izalci

Lucas (DF) e Plínio Valério (AM) —, um do PSC e outros tantos que podem migrar do União Brasil, apesar de todos os esforços do senador Davi Alcolumbre (AP) de atrelar o partido à campanha de Pacheco, ainda que extra-oficialmente. O ex-ministro de Bolsonaro afirma ter, agora, 34 votos e confia que até quarta-feira obterá os sete que faltam para chegar ao mínimo de 41 para se eleger.

A tarefa de Marinho, porém, é ingrata. Isso porque a avaliação majoritária na Casa é de que o momento do país pede um presidente do Congresso que tenha perfis de consenso e que pautar discussões de interesse da sociedade, em vez de temas caros somente a alguns nichos. (KH e FG com Agência Estado)

Os três candidatos ao comando do Legislativo

O potiguar **Rogério Simonetti Marinho**, de 59 anos, é economista de formação. Foi secretário especial da Previdência de 2019 a 2020 e ministro do Desenvolvimento Regional de 2020 a 2022, no governo Bolsonaro. No âmbito estadual, foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte no governo de Rosalba Ciarlini. Como parlamentar, foi deputado federal pelo seu estado natal. É neto do ex-deputado federal Djalma Marinho, cuja trajetória se notabilizou pelo intenso combate que fez à ditadura militar.

O rondoniense **Rodrigo Otávio Soares Pacheco**, natural de Porto Velho, tem 46 anos. É advogado e, por ter sido criado em Passos, começou a carreira política em Minas Gerais. Foi eleito deputado federal pelo então PMDB, para a legislatura entre 2015 e 2019. No primeiro mandato, chegou à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a mais importante da Casa. Em 2016, disputou a Prefeitura de Belo Horizonte, mas ficou em terceiro lugar. Elegeu-se senador em 2018.

O cearense **Luís Eduardo Grangeiro Girão** tem 51 anos, é empresário do ramo de hotelaria, transporte de valores e segurança privada. Foi presidente do Fortaleza Esporte Clube e, em 2018, eleger-se senador pelo Ceará, desbancando o ex-presidente do Senado, Eunício Oliveira, que buscava se manter na Casa. Filiado ao Podemos, chamou a atenção pela postura governista durante a CPI da Covid, quando, apesar de afirmar que atuava independentemente de ideologias, esteve quase sempre ao lado da tropa de choque bolsonarista.